

**05-Jul-2006**

10-Jul-2007

## NOTA DE IMPRESA Nº 30/SEP/PRS/CAB/2006

CABINDA 05/07/06

O Secretariado Executivo Provincial de Cabinda manifesta o seu profundo repúdio à política maquiavélica que o Governo do MPLA tem vindo a adoptar, na tentativa de resolver o caso Cabinda. A guerra que o Governo do MPLA leva a cabo no território de Cabinda continua a dizimar vidas humanas. Não se pode confundir a opinião pública nacional e internacional, montando cenas acrobáticas para querer demonstrar uma vontade política que não existe.

Os acordos assinados a 30 de Junho de 2006, no Tchicamba, entre o Governo e o Sr. António Bento Bembe, não passa de brincadeira de mau gosto e pueril.

Todos sabemos, através da imprensa internacional, que o Sr. António Bento Bembe foi afastado dos cargos de secretário-geral da FLEC e do presidente do fórum Cabindês para o diálogo. Também é do conhecimento de todos que o chefe do estado-maior geral da FLEC é o Sr. Estanislau Miguel Boma, mas, no acto de assinatura dos acordos, o Sr. António Bento Bembe apresentou um elemento que não tem qualquer autoridade sobre os guerrilheiros da FLEC que combatem em Cabinda. Como se pode classificar esse acto? Pensamos nós que isso é punível pela Lei. Desafiamos as instituições judiciais do País a responsabilizarem criminalmente o Sr. António Bento Bembe por burla ao estado, se é que essas instituições estão para a legalidade.

A guerra que se vive em Cabinda preocupa a todo Angolano sério. Urge a necessidade de uma postura clara para se pôr fim ao derramamento de sangue entre irmãos. O Governo de MPLA não está interessado em resolver este problema, isto porque nessa guerra não morrem membros familiares dos que se aclamam donos dessa terra.

Queremos levar ao conhecimento da comunidade nacional internacional a falta de espírito democrático do MPLA, na resolução de assuntos de Estado. No passado dia 20 de Maio, nosso secretariado Provincial mandou uma proposta de 10 pontos para abrir o caminho às negociações com o fórum Cabindês para o diálogo. No 10º ponto da proposta, o Secretariado Executivo Provincial de Cabinda do PRS dizia: "Todo diálogo referente à resolução do problema de Cabinda deverá contar com a presença dos representantes da FLEC, devidamente credenciados pelo seu legítimo presidente"mas como o MPLA pensa que o problema de Cabinda é um assunto que diz respeito aos Cabindas e aos militantes do MPLA, não dá ouvidos as opiniões de outras sensibilidades políticas, e fez o que ele achou conveniente. Os resultados são protestos por toda a parte.

Quanto a Democracia multipartidária, o MPLA receia que outros Partidos entrem em contacto com as populações do interior. No passado dia 1 de Julho de 2006, as autoridades tradicionais do Município de Buco & Zau foram impedidas de participar num encontro que uma delegação do Secretariado Executivo Provincial de Cabinda do PRS quis manter com elas. O PRS é um Partido com uma personalidade jurídica e tem o direito de exercer livremente as suas actividades, em todo o território Angolano com os Angolanos.

Para terminar, o secretariado executivo Provincial do PRS, apela ao governo do MPLA maior abertura Democrática e um espírito nacionalista que esteja acima dos interesses partidários. O caso Cabinda deve ser resolvido com máxima urgência, incluindo todas as partes envolvidas.